

## **BOLETIM 730**

**Brasília, 8 de fevereiro de 2019**



## **13º salário, férias e FGTS sob ameaça**

O governo planeja aproveitar a proposta de Reforma da Previdência que será enviada ao Congresso para, através dos meandros do modelo de capitalização que quer implementar, tentar tirar ainda mais direitos dos trabalhadores que estão garantidos na Constituição, como o 13º salário, férias e FGTS.

A proposta que está sendo discutida pela equipe econômica de Guedes é que os jovens trabalhadores que serão enquadrados no sistema de capitalização previsto na Reforma da Previdência, poderiam “optar” por abrir mão desses direitos, através da tal “carteira verde e amarela”, em detrimento da nossa tradicional carteira de trabalho.

Será uma forma de burlar a Constituição, já que esses direitos são constitucionais e, portanto, não podem ser simplesmente retirados de uma hora para outra.

Segundo matéria do jornal O Globo, a ideia é “criar condições para que o próprio empregado” desista de seus direitos, usando como base legal a reforma trabalhista feita no governo Temer. O argumento para seduzir os jovens é que, retirando os “encargos” das costas dos empregadores, mais postos de trabalhos serão gerados.

A ideia do governo é definir a linha de corte para os trabalhadores que terão a chamada “carteira verde e amarela” pela data de nascimento. Os trabalhadores que já têm vínculo empregatício regidos pela CLT continuariam com a carteira normal, a azul.

A proposta é tão maquiavélica que pretende ainda, comendo pelas beiradas, atingir a Justiça do Trabalho. No caso do trabalhador que “optar” pela “carteira verde e amarela”, caso ele se sinta prejudicado terá que recorrer à Justiça comum, tornando assim “a Justiça do Trabalho obsoleta”.

Ontem (7), depois de encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, Paulo Guedes afirmou que ninguém vai mexer nos direitos, mas somente dar “mais opções”.

Ele também desconversou sobre se essa proposta viria junto com a da Reforma da Previdência, “vamos dizer que estamos reformando isso aqui [Previdência] e lançando essa proposta para ser regulamentada [posteriormente]”, declarou.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Governo já tem prontas diferentes versões da reforma da Previdência

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou nesta quinta-feira (7) que o governo já tem prontas diferentes versões da proposta de reforma da Previdência e acrescentou que a palavra final será do presidente da República, Jair Bolsonaro.

"Quem faz política não é o economista, é o presidente, e cabe a ele decidir qual versão", afirmou durante evento da Amcham em São Paulo.

Almeida ressaltou que os artigos da proposta ainda terão que passar por uma longa discussão no Congresso. Segundo ele, não haverá ajuste fiscal caso uma reforma da Previdência satisfatória não seja aprovada.

"Se não tiver uma reforma boa o suficiente, com economia de recursos nos próximos cinco ou 10 anos, não haverá ajuste", afirmou.

O secretário do Tesouro declarou não achar fundamental aprovar a reforma da Previdência em dois ou três meses mas reforçou que ela deve sair até o final do ano.

Ele também confirmou que o governo terá que enviar uma nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma. "O que se discute é se a nova PEC poderia ser apensada na PEC já em tramitação no Congresso", disse.

**Situação delicada** - O secretário do Tesouro também comentou que o país ainda se encontra em situação bastante delicada, citando a alta carga tributária, o crescimento da dívida

pública e o déficit fiscal que persistiu pelo quinto ano seguido.

Segundo Almeida, o ajuste fiscal pelo qual o país deve passar implica em mudança de regras e deve vir do corte de despesas.

**Reforma tributária** - Questionado sobre a reforma tributária, Almeida afirmou que a intenção do governo, de reduzir impostos sobre pessoas jurídicas e tributar dividendos, não é algo imediato.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou durante reunião com investidores no Fórum Econômico Mundial, em Davos, que pretende reduzir a carga tributária sobre a produção e aumentar a de outros setores que, em sua visão, não contribuem para o crescimento do país.

No mês passado, em Davos, na Suíça, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que, para atrair investimentos produtivos, o Brasil precisa reduzir o peso dos impostos sobre o setor produtivo. Ele apontou que a carga tributária sobre as empresas no país é bem maior que a de outros países.

Para cortar impostos das empresas, disse ele, será preciso adotar medidas compensatórias. Entre elas, passar a taxar a distribuição de dividendos e os juros sobre capital próprio. Dessa forma, Guedes acenou que pretende reduzir a tributação sobre quem produz e aumentar os tributos sobre a renda e aplicações financeiras que são isentas ou pagam pouco imposto.

*Fonte: G1*



## Reunião de líderes discutirá Reforma da Previdência e presidência das comissões

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, marcou reunião de líderes partidários para a próxima terça-feira (12) às 14h. Além de determinarem a pauta de votações, o grupo vai tratar também da Reforma da Previdência, que deve ser analisada primeiro na Câmara dos Deputados. De acordo com Davi, o “sentimento grande” dele e dos senadores é o de que a prioridade da Casa é a Reforma da Previdência

— Existem alguns senadores que querem, paralelamente às discussões da Câmara, já irem se reunindo com os líderes que estão tratando no assunto na Câmara para tentar adiantar o debate no Senado. E isso é muito bom porque mostra que queremos aprovar as reformas e votar os projetos importantes — ressaltou.

**Comissões** - Davi informou também aos jornalistas na manhã desta quinta-feira (7) que as negociações em torno da distribuição das comissões entre os partidos continuam.

— Ainda tem uma disputa em duas comissões. A gente vai construir com os líderes [o acordo]. E o MDB com certeza fica com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

*Fonte: Agência Senado*

## Projetos pretendem mudar reforma trabalhista

A discussão sobre a recente reforma trabalhista (Lei 13.467/17) deverá continuar mobilizando os deputados nesta legislatura. Entre os 528 projetos já apresentados na Câmara dos Deputados desde o início dos trabalhos, mais de dez querem alterar dispositivos da CLT instituídos pela reforma.

Um desses projetos é o PL 16/19, do deputado Aiel Machado (PSB-PR) e outros três parlamentares, que quer modificar a limitação da indenização por dano extrapatrimonial instituída pela reforma trabalhista. O parâmetro para essas indenizações fixado pela reforma é o salário de quem sofre o dano.

**Negociado sobre legislado** – Já o deputado Rubens Otoni (PT-GO) Projeto de Lei 278/19, que estabelece que o acordo negociado terá primazia sobre a legislação apenas quando as condições estabelecidas em seu conjunto forem mais benéficas ao trabalhador – e não mais será a regra, conforme prevê a reforma trabalhista. Otoni também apresentou, entre outros projetos, o PL 273/19, que revoga o contrato de trabalho intermitente.

As propostas apresentadas nesta legislatura ainda serão encaminhadas pela Secretaria-Geral da Mesa às comissões temáticas e, quando for o caso, para o Plenário da Câmara.

**Em tramitação** - A Casa já analisa propostas que visam modificar a reforma trabalhista. Um deles é o Projeto de Lei 11239/18, do Senado Federal, que determina que mulheres gestantes e lactantes se afastem de trabalhos insalubres com direito a pagamento de adicional de insalubridade pela empresa.

*Fonte: Agência Câmara*



## IEDI: produção industrial minguou em 2018

Em dezembro de 2018, a produção industrial registrou queda de -3,6%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No quarto semestre do ano passado, o setor industrial recuou 1,1%. Já no fechamento de 2018, a indústria cresceu 1,1%, “ritmo abaixo do verificado em 2017 (2,5%)”, conforme a Pesquisa Industrial Mensal (PIM Brasil) do IBGE.

Segundo o instituto, o recuo de -3,6% do setor industrial em dezembro de 2018 se deu “com resultados negativos nas quatro grandes categorias econômicas, 21 dos 26 ramos, 56 dos 79 grupos e 62,5% dos 805 produtos pesquisados”.

As quedas mais significativas entre as atividades ocorreram nos setores de veículos automotores, reboques e carrocerias (-12,0%) e produtos alimentícios (-7,8%).

De acordo com o IBGE, “entre as grandes categorias econômicas, a redução mais acentuada foi em Bens de consumo duráveis (-14,3%)”. **O IBGE registrou ainda os resultados negativos dos grupamentos de insumos típicos para construção civil (-3,3%) e de embalagens (-2,5%).**

O recuo observado no quarto trimestre (-1,1%) “interrompeu o comportamento positivo presente desde o primeiro trimestre de 2017 (1,4%) e permaneceu com a clara perda de ritmo frente aos resultados do primeiro (2,8%), segundo (1,8%) e terceiro trimestres de 2018 (1,2%). A redução na intensidade da produção industrial também foi observada nas quatro grandes categorias econômicas, com destaque para bens de consumo duráveis, que passou de 7,1% no terceiro trimestre de 2018 para -3,1% no quarto”.

Os resultados da produção industrial apontam que o setor mais dinâmico da economia continua frágil, assolado que é por juros reais siderais.

“A indústria operou em dezembro num patamar 2,6% abaixo daquele que operava em junho, quando atingiu o ponto mais alto do ano em termos de produção”, afirmou o gerente da pesquisa do IBGE, André Macedo.

O fraco desempenho da produção industrial afetou a geração de empregos no setor. “O crescimento industrial minguou em 2018 e freou a criação de vagas pelo setor, cuja forma principal de contratação é com carteira assinada. O emprego total da indústria avançou +1,1% em 2017 e somente a metade disso em 2018: +0,6% frente ao ano anterior. Pior ainda foi sua evolução trimestral, pois voltou ao vermelho em out-dez/18: -1,2% ou -141 mil ocupados”, destacou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

“A reação do emprego em 2018 não foi muito significativa. A ocupação cresceu, mas o suficiente apenas para estabilizar a taxa de desemprego que manteve-se em patamar bastante elevado: 12,3%. A perda de dinamismo industrial ao longo do ano passado está na raiz dos resultados insuficientes, sobretudo para o trabalho formal que ainda está no vermelho”, acrescentou o instituto.

*Fonte: Portal HP*

## Bancos distribuíram R\$ 37 bi a acionistas em 2018

Após mais um ano de lucro recorde, os três maiores bancos privados do país distribuíram R\$ 36,8 bilhões aos seus acionistas no ano passado. Na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio (JCP) e recompensa de ações, o valor equivale a 61,7% de todo o lucro ajustado do Itaú Unibanco, Bradesco e Santander juntos, que em 2018 chegou à astronômica cifra de R\$ 59,695 bilhões.

O Itaú repassou aos seus acionistas o maior valor entre os bancos – que também é o maior da história – alcançando R\$ 22,9 bilhões. Isso é o equivalente a 89,2% do lucro líquido do ano passado.

Praticando a maior taxa de juros para operações financeiras do mundo, os bancos lucram – e dividem entre poucos magnatas – como nenhum outro setor.

Mesmo distribuindo vultuosos dividendos, os bancos culpam a inadimplência, o spread bancário (diferença entre o custo da captação do recurso sobre quanto o banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro) e custo das operações de crédito para justificar seu comportamento de agiotas.

Chegando a 300% ao ano, as taxas para concessão de crédito garantem este lucro milionário – enquanto o resto da economia agoniza na crise.

Para os sindicatos que representam os trabalhadores do setor, o repasse aos acionistas é praticamente um insulto à medida que assistem corte de pessoal, fechamento de agências e desinvestimento.



**ITAÚ** - O lucro líquido do banco Itaú em 2018, inclusive já descontados imposto de renda, atingiu a soma de 24,977 bilhões conforme anúncio na segunda-feira (4) com um crescimento de 4,2% sobre o lucro de R\$ 23,965 bilhões realizado em 2017.

É o maior lucro da história dos bancos no Brasil superando o recorde anterior do próprio Itaú em 2017.

O lucro obtido resultou num retorno sobre o patrimônio líquido, ou seja, quantos por cento o banco remunerou o capital dos seus acionistas em apenas um ano (2018), foi de 21,9%, repetindo a também estupenda rentabilidade de 2017 que foi de 21,8%.

A inadimplência no ano em 31 de dezembro ficou em 2,9% para recebimentos em atraso há mais de 90 dias. Em 2017 foi de 3,1%.

O faturamento anual do banco foi de R\$ 41,436 bilhões, sendo que R\$ 10,782 bilhões foram receitas da prestação de serviço e seguros.

*Fonte: Portal HP*



## 61% das famílias estão endividadas, diz pesquisa

A Confederação Nacional de Serviços (CNS) divulgou sua Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) indicando que o total de famílias endividadas passou de 59,8% em dezembro de 2018 para 61,3% em janeiro.

O cartão de crédito foi apontado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida por 78,4% das famílias endividadas, seguido por carnês, por 14,0%, e, em terceiro, por financiamento de carro, por 9,7%.

Para as famílias com renda até dez salários mínimos o principal tipo de dívida, disparada, foi com cartão de crédito para 79,1% das famílias consultadas. Os carnês com 15,6% e o crédito pessoal com 8,4% vieram na sequência.

Para famílias com renda acima de dez salários mínimos, os principais tipos de dívida apontados em janeiro de 2019 foram: cartão de crédito, para 75,9%, financiamento de carro, para 18,1%, e financiamento de casa, para 16,2%.

A pesquisa também informa que do total de famílias com contas ou dívidas em atraso, em janeiro deste ano, foi de 22,9%. O terceiro grupo considerado na pesquisa, ou seja, das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso foi 9,1%, e, portanto, permaneceriam inadimplentes.

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNS desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores.

## Copom mantém taxa Selic em 6,5% ao ano

Pela sétima vez seguida, o Banco Central (BC) não alterou os juros básicos da economia.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano, menor nível da história.

Fonte: Portal EBC

## BOLETIM CONTRICOM

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**